

Panorama das Eleições 2022

Por Murilo Medeiros,
cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista do Instituto
Millenium.



No dia 2 de outubro, os brasileiros têm um novo encontro com a democracia. Pela 10ª vez consecutiva, desde a redemocratização, o país vai às urnas escolher deputados estaduais, distritais e federais, senadores, governadores e presidente da República. Trata-se de oportunidade ímpar para renovar o compromisso com a cidadania e debater os rumos do Brasil, de forma séria e republicana.

Além de ser a eleição mais curta desde 1994 – partidos e candidatos terão apenas 46 dias nas ruas, na TV/rádio e na internet para apresentarem suas propostas –, o pleito eleitoral deste ano reserva algumas peculiaridades capazes de redesenhar o quadro político-partidário nacional.

A primeira grande mudança é o fim das coligações proporcionais, estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 97, promulgada pelo Congresso Nacional em 2017. A extinção das coligações – regra vigente desde as eleições municipais de 2020 – vai sanear o sistema político brasileiro e acabar com a esdrúxula possibilidade de se votar em um partido e eleger candidatos de orientação ideológica oposta. Representará, também, o enfraquecimento dos partidos de aluguel, desprovidos de plataforma programática. As legendas, para sobreviver, terão que representar com maior fidelidade correntes de pensamento que permeiem a sociedade, buscando representantes viáveis e comprometidos com suas bases.

O outro ponto a destacar é o enrijecimento da cláusula de desempenho, que impõe percentual mínimo de votos para que um partido tenha direito ao fundo partidário e ao tempo de rádio e TV. A regra, vigente desde as eleições de 2018, subirá de patamar em 2022, exigindo que o partido alcance, na disputa para a Câmara dos Deputados, o mínimo de 2% dos votos válidos – distribuídos em ao menos nove estados, com pelo menos 1% dos votos em cada um – ou eleger 11 deputados em nove estados.

A fragmentação partidária excessiva — são 23 legendas representadas no Congresso, 32 registradas no Tribunal Superior Eleitoral e outras 25 aguardando na fila autorização para serem criadas — confunde o eleitor e dificulta a governabilidade. Sem partidos fortes, a atividade legislativa fica muito aquém do desejável, a independência entre os poderes fica comprometida e, sobretudo, a representatividade fica bastante debilitada.

A pesar de mudanças bem-vindas, como o fim das coligações e a instituição da cláusula de barreira, o sistema proporcional de lista aberta para eleger deputados e vereadores, adotado no Brasil desde 1945, ainda carrega aspectos negativos contundentes, como o alto custo das campanhas e o super personalismo. Tais características colaboram para aumentar o divórcio entre representantes e representados, principalmente no

âmbito do Legislativo.

Em termos eleitorais, duas tendências verificadas na eleição municipal de 2020 devem ganhar maior relevo em 2022: enxugamento partidário e aumento da taxa de reeleição. Nas eleições de 2020, 63% dos candidatos a prefeito que tentaram a reeleição obtiveram êxito no primeiro turno e houve redução no número de partidos com representação nas Câmaras municipais em 73% das cidades brasileiras.

Diante dos desafios socioeconômicos e dos resquícios da crise sanitária, o eleitor brasileiro tende a escolher alternativas que conciliem renovação e experiência. A indignação de 2018, lastreada pelo sentimento da antipolítica e pelo florescimento de outsiders, dará lugar à cautela na definição do voto em 2022, de acordo com preferências mais seletivas do eleitorado.

Após a onda de renovação em 2018, há uma percepção nítida de que o “novo” exigido na política não necessariamente está relacionado a novos nomes, e sim à inovação de práticas. E essa é uma condição que requer conhecimento, equilíbrio e, acima de tudo, capacidade de atualização.

A eleição deste ano, além de reforçar o primado da honestidade como critério relevante na orientação dos

eleitores na hora de escolher seus governantes, também indica o tema da saúde como item preponderante para o cidadão brasileiro – a população vai olhar para seu bem-estar, sobretudo depois dos efeitos da crise sanitária.

Também no topo da agenda dos brasileiros está o anseio por ver superada a crise econômica e social. Gerar empregos tornou-se o principal compromisso que os eleitores cobram de qualquer candidato nestas eleições. O brasileiro quer ter trabalho para voltar a ter tranquilidade e prosperidade, bem como oportunidades para garantir a emancipação social.

Há um grande desafio a ser enfrentado nestas eleições por todos os postulantes: como fazer campanha em um ambiente hostil à política? Segundo pesquisa da Quaest Consultoria, publicada em julho deste ano, 73% dos brasileiros reprovam o trabalho dos políticos; 71% dos cidadãos estão insatisfeitos com a democracia; 55% declararam não saber o que faz um deputado; e dois em cada três eleitores afirmaram não se lembrar em quem votaram para deputado em 2018.

A saída para as várias crises nas quais o país se encontra só se dará por meio da boa política e da melhoria da qualidade da representação. Exigem-se novas formas de diálogo. A população quer falar e ser ouvida.

Com o voto, reitera-se o mais sagrado direito do cidadão: o de escolher seus próprios destinos. O anseio geral é que a política se reaproxime das pessoas. Que o interesse público seja o norte e não mera figura de retórica.

A construção de sistemas políticos e eleitorais mais funcionais, austeros e transparentes é um avanço tão necessário quanto urgente para a reconstrução do Brasil.

